

RUPTURA

www.rupturafer.org

Unir as lutas para derrotar o p e c



OS TRABALHADORES JÁ ESTÃO A LUTAR CONTRA OS PLANOS DE SÓCRATES DE CONGELAR SALÁRIOS, REDUZIR O VALOR DAS REFORMAS E DO INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVATIZAR EMPRESAS. É PRECISO UNIR ESSAS LUTAS NUMA FORTE GREVE GERAL PARA DERROTAR O GOVERNO, OS PATRÕES E OS SEUS PLANOS.



Lutas exigem acção unificada Contra o PEC, preparar greve geral

A contestação popular, neste início do ano, voltou a sentir-se nas ruas. Enquanto no ano de 2009 prevaleceram as “tréguas”, e o descontentamento popular foi canalizado para a via eleitoral, para o voto contra o governo, já nestes três meses de 2010 houve uma mudança, e foram muitos trabalhadores de vários sectores e empresas que entraram em greve e realizaram manifestações contra a política do governo Sócrates II, pondo rapidamente um fim ao habitual período de “benefício de dúvida” que favorece os “novos” governos e intensificando ainda mais o desgaste de Sócrates.

O anúncio das medidas do PEC, e os previsíveis efeitos na destruição de emprego, dos salários dos trabalhadores e na maior destruição dos bens e serviços públicos, levou a que muitos trabalhadores do sector público, e também do sector privado, mostrassem a sua oposição às medidas de congelamento e restrições salariais e dissessem um basta às desigualdades sociais, um basta à corrupção e aos rendimentos milionários das administrações, um basta a todas estas políticas governamentais que têm beneficiado o poder político e económico capitalista.

Como novidade, este ciclo está a mostrar uma maior combatividade e adesão às lutas, e a greve dos enfermeiros foi um bom exemplo, participada em mais de 90% dos trabalhadores, tendo estes levado a sua luta à rua, na grande manifestação em Lisboa.

Apesar de muitas lutas serem parciais e/ou limitadas a partes de empresas, as greves fizeram-se sentir (como foi o caso da greve dos revisores da CP ou dos mineiros de Neves Corvo), e perspectivam-se mais lutas e greves em grandes empresas como a GALP, as empresas de transportes, a administração pública e em diversas fábricas.

A situação europeia mostra que os governos, nos diversos países, têm o projecto comum de aplicarem PEC's semelhantes, para que sejam os povos a pagar a crise que o capital provocou. Em Portugal, a contestação ainda está longe dos níveis de luta dos trabalhadores e do povo grego que já começam e enfrentar, com sucesso, o seu PEC. Mas, o caminho da luta, por cá, também terá de ser de grande combatividade, se queremos que tenha êxito. Uma ofensiva europeia concertada pelo capitalismo requer uma resposta dos trabalhadores também à escala europeia, e os ventos das greves gerais gregas também terão de chegar a esta região mais ocidental.

É pois o momento dos militantes de esquerda, em particular do BE, e do movimento sindical começarem a preparar uma forte resposta ao PEC, uma resposta que o possa derrotar e abrir espaço a uma nova política de defesa do emprego, do salário e dos serviços públicos. Só a participação e mobilização dos trabalhadores para um plano de luta, debatido e decidido em Plenários de Empresa e Assembleias Sindicais, pode preparar com sucesso uma necessária greve geral. Neste campo, os trabalhadores gregos começaram a dar um exemplo de combatividade, há que segui-lo.

ENTREVISTA



Se a maioria da população está com Lula, porque não apoiar Dilma? Se não for ela, será a direita de Serra a ganhar...

Nenhum de nós quer a direita governando o país, o PSTU também não quer a volta do PSDB. O governo Fernando Henrique foi terrível, atacou o emprego, os reformados, privatizou as estatais. Eu sei que a maioria acredita no governo Lula, mas mesmo quem apoia Lula sabe que o Brasil não mudou naquilo que é o mais importante: os salários continuam baixos, o ritmo de trabalho é infernal, o desemprego e a pobreza continuam uma verdadeira calamidade. Isso acontece porque as multinacionais e os bancos continuam dominando o governo.

Por que é que Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente do Lula que rompeu com o PT para entrar no Partido Verde, não é uma opção?

Onde estava Marina Silva quando foi loteada a Floresta Amazónica para as madeiras internacionais? Onde estava Maria Silva quando o bispo Dom Luis Cappio estava quase à morte à beira do rio São Francisco lutando contra a transposição? Onde estava Marina Silva quando foram aprovados os transgénicos neste país? Estava no mesmo lugar que está hoje, defendendo o programa do Lula e do Fernando Henrique.

Lula disse à imprensa: “Você acha que o PSTU ganhará uma eleição com o discurso dele? E vamos supor que ganhe, você acha que ele governa? Não governa”. O que respondes a Lula?

Lula, essa é de facto a nossa diferença com você. Governar assim o PSTU realmente não quer. Quando se governa para os dois lados, ganham os bancos e as multinacionais, ganham muito dinheiro explorando os trabalha-

Este Zé faz falta

O Brasil vai a votos em Outubro para escolher o sucessor de Lula. Há já 5 pré-candidatos, entre os quais Dilma Rousseff, apoiada por Lula, e José Serra, do partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E há também Zé Maria, o candidato do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). A vida política de Zé Maria começou nas greves operárias do ABC, região de São Paulo, durante a ditadura militar. Esteve preso com Lula em 1980 e fez parte da geração que criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Mas rompeu com o PT quando este escolheu o caminho da burguesia, e ajudou a criar o PSTU.

dores. Sabe porque o governo não aumentou em 400% o salário mínimo, mas só 53%, enquanto o lucro das grandes empresas aumentou 400%? Porque quem manda no governo são as empresas. O governo faz propaganda do bolsa-família, diz que atende 44 milhões de pessoas gastando 11 biliões de reais (cerca de 5 mil milhões de euros), mas, para salvar dez ou quinze banqueiros e empresários na crise, ele gastou 370 biliões de reais (cerca de 100 mil milhões de euros). Esse é o governo Lula. Com Dilma, nada vai mudar.

É possível um país onde todos tenham bons salários, emprego, moradia, uma vida digna?

É claro que é possível. Mas, para isso, é preciso governar com os trabalhadores, contra os bancos e as grandes empresas, aplicando um programa de ruptura com o capitalismo, que mude verdadeiramente o Brasil. A luta que temos pela frente é dura, mas nós aprendemos isso com a nossa vida, a nossa classe já aprendeu com a sua história, não temos o direito de escolher só as batalhas que são fáceis. Nós escolhemos aquelas que são necessárias. A classe trabalhadora brasileira, a juventude deste país, vai ter uma alternativa de esquerda e socialista, anticapitalista, contra o imperialismo, contra a burguesia, para disputar as eleições.

Nas últimas eleições, o PSTU participou de uma frente de esquerda com Heloisa Helena (PSOL) e o PCB, e agora?

Propusemos uma nova frente e uma candidatura única com o PSOL e o PCB, mas, até agora, o PSOL caminha no sentido contrário. Mantemos o nosso chamado, mas se não houver acordo na defesa de um programa socialista para o Brasil e de uma campanha sem patrões e sem doações de empresas, o PSTU lançará a sua própria candidatura à Presidência da República.

Regressaste agora do Haiti, o que viste por lá?

Sofrimento, morte, destruição... o terramoto do Haiti matou 250 mil pessoas e deixou mais de um milhão de desabrigados. Todos precisamos apoiar o povo do Haiti neste momento trágico. Mas é preciso que se diga o que a imprensa esconde: a ajuda internacional dos governos está a ser um fracasso. No auge da crise económica, os Estados Unidos deram 13 triliões de dólares aos bancos. Para o Haiti, mandaram apenas 100 milhões de dólares. Nesses últimos seis anos, o Brasil gastou 600 milhões de dólares para manter soldados ocupando o Haiti, e agora deu só 15 milhões ao povo haitiano. O Haiti precisa de alimentos, remédios, médicos, engenheiros, não de soldados.

RUPTURA

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
Director: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projecto Gráfico: Nádia Martins
Capa: Diogo Bento
Contacto: jornal@rupturafer.org
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:
A. P. Amaral, André Traça,
C.K., Diana Curado, Diogo Bento, J.A. Dias, Lina Pereira,
Manuel Neves, Pedro Fortunato, Pedro Castro,
Teresa Carrar, Ana Lavrador,
Sara Lourenço



Maconde: “A paciência não nos dá o dinheiro para sobreviver!”

Milhares de trabalhadores, como as da Maconde, em Vila do Conde, têm visto as fábricas onde trabalham fechar e ir para outros países em busca de mão-de-obra ainda mais barata e lucros maiores.

No mês de Fevereiro, as trabalhadoras da ex-Maconde (agora Macvila e Mactrem), em Vila do Conde, fizeram três dias de greve (17, 18 e 19) a exigir os salários em atraso de Dezembro e Janeiro, assim como a parte do subsídio de Natal. A greve teve adesão de 100%, e as trabalhadoras concentraram-se à entrada da fábrica a gritar: “Queremos os nossos salários!”. No final do mês, nos dias 24, 25 e 26 de Fevereiro voltaram a fazer greve e no dia 1 de Março pediram rescisão dos contratos.

As centenas de trabalhadoras que se concentraram à frente da outrora grande Maconde partilham histórias semelhantes. Novas demais para a reforma, mas com demasiada idade para conseguir emprego noutra sítio. Trabalhadoras que durante anos prescindiam muitas vezes da hora de almoço para que as encomendas fossem entregues a tempo. Agora, quando reclamam o salário, pedem-lhes paciência. “Nós queríamos era os nossos salários! Disseram-nos para ter paciência, paciência não nos dá o dinheiro para sobrevivermos”, reclama Ana Maria, 38 anos.

“Devemos exigir a nacionalização destas empresas, para manter os postos de trabalho, transferindo a sua gestão para o controlo dos trabalhadores”, dis-

semos às trabalhadoras. “Pois devia ser, mas quem é que nos liga se dissermos isso? Ninguém nos liga nenhuma! Somos poucas!”, responderam elas.

Sem dúvida que são poucas nesta empresa em específico, mas a história dessas mulheres é a história de milhares de outros trabalhadores que têm visto as fábricas onde trabalhavam fechar e ir para onde a mão-de-obra é ainda mais barata e os lucros são maiores.

Deslocalização

A história da Maconde em Portugal começa em 1969, com o investimento de um grupo estrangeiro de têxteis em Vila do Conde. O mesmo grupo chegou a ter cinco fábricas no país, a empregar mais de 2.000 trabalhadores, tendo sido um dos maiores no ramo. Apesar de sempre terem confeccionado para grandes marcas, como Armani e Zara, e mesmo para empresas do Estado (faziam as fardas de todos os trabalhadores da TAP), em 2002 as trabalhadoras viram os seus patrões a fechar algumas fábricas.

Em 2005, numa viagem com o Presidente Sampaio à China, começam a surgir rumores que a empresa iria começar a subcontratar unidades lá. Nessa altura, a empresa já subcontratava unidades em Marrocos, Roménia e Bulgária.

Coincidência ou não, no ano seguinte, o grupo entra em dificuldades e decide alienar as lojas Macmoda, Tribo e Zona Franca. Em 2007 a Maconde apresentou um passivo de 32 milhões de euros. A solvência da empresa foi garantida por uma injeção de capital da CGD e do BCP, em troca do património imobiliário da empresa, associada a uma reestruturação que dividiu a Maconde em Macvila e Mactrading.

Atraso nos salários

Dois anos depois, alegadamente por falta de pagamento das encomendas, a ex-Maconde volta a entrar em dificuldades. Quem primeiro sentiu essas dificuldades foram as trabalhadoras, que, desde a reestruturação da empresa, só recebiam os salários com atraso, até que, em 2009 o subsídio de Natal acabou por não ser pago, assim como os salários.

No início deste ano, a Macvila ameaçou suspender as 130 trabalhadoras por dois meses por dificuldades financeiras, que, supostamente, obrigavam à diminuição da produção. Contudo, Carla Cunha, da comissão de trabalhadores, assegurou que as encomendas continuavam a existir, mas não estavam a mais ser feitas na Macvila. **Pedro Fortunato, Pedro Castro e Diana Curado**

BÚSSOLA ■



Aos valentes de Valença do Minho

A ministra da Saúde, Ana Jorge, decidiu atacar os SAP. Começou pelo Norte do país, encerrando as urgências não só de Valença como de Melgaço, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez. Este ataque a um dos nossos direitos fundamentais faz lembrar o encerramento das maternidades e da forte contestação popular que se fez sentir e que culminou com a destituição do então ministro Correia de Campos. À semelhança desse acto, a população de Valença do Minho veio à rua para defender as suas urgências, bloqueando estradas e a circulação na ponte internacional sobre o rio Minho.

É vergonhoso que sejam sempre os mais desprovidos a pagar a factura do despesismo e má gestão dos recursos públicos.

Não serve de desculpa a reestruturação dos serviços médicos nem a criação de novas urgências quer em Monção quer em Ponte de Lima. Os utentes, na sua maioria idosos, não podem deslocar-se cerca de vinte quilómetros para lhes serem prestados cuidados de saúde numa situação urgente. Mais facilmente se deslocarão a Tui, que dista cerca de um quilómetro e cujo centro de saúde se prontifica a recebê-los. Decisão saudada pelos moradores de Valença com bandeiras espanholas nas janelas. Chega de oportunismo e de laxismo com a nossa saúde, vamos ter que ser nós a tratar da saúde da ministra e desejá-lhe que siga o caminho do seu predecessor. **L.P.**



Solidariedade ao Haiti

Atendendo ao apelo internacional lançado pela organização de trabalhadores haitiana Batay Ouvriye, os jovens do Ruptura de Braga realizaram uma festa, a 12 de Março, para angariar fundos para as vítimas do terramoto que abalou o Haiti em Janeiro último, à qual compareceram cerca de 120 pessoas. Na festa actuaram, gratuitamente, duas bandas – Paragogge e The 1969

Revolutionary Orgy – e dois dj’s – Guilherme e Les Dirty Two. Como resultado, conseguiu-se recolher 364 euros. Durante a apresentação dos músicos, foi distribuído um comunicado do Batay Ouvriye ao presentes, a relatar a situação do país. O terramoto causou dezenas de milhares de mortos, 250 mil feridos e mais de 1 milhão de desalojados. **C.P.**

Tragédia brasileira

As chuvas que devastaram o Rio de Janeiro e causaram centenas de vítimas mortais e milhares de desalojados, principalmente nas favelas, revelam a falsidade do discurso de Lula e do PT ao exibir ao mundo o desenvolvimento do Brasil. A tragédia do Rio não é original, nem é ignorado o perigo em que vivem os moradores das favelas, geralmente situadas em encostas dos morros. Eles vivem lá porque são pobres e não têm outra

opção de moradia, e não porque queiram, como estão a dizer, para tentarem desresponsabilizar-se dos efeitos da catástrofe, governador e autarcas daquele Estado. Os responsáveis pela dimensão alcançada por essa tragédia são os governantes, em especial o presidente Lula, que, em vez de erradicar a pobreza, governa para os ricos e para as multinacionais, que continuam a lucrar com a desgraça dos brasileiros. **C.P.**

Greves contestam PEC em todo o país

Funcionários públicos, enfermeiros, ferroviários, trabalhadores da Galp, Carris, dos hotéis Tivoli e milhares de outros recusam o congelamento dos salários e cortes de direitos.



Variantes do famigerado PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) de Sócrates já foram adoptadas por diversos governos europeus com a meta de baixar o défice das contas públicas para 3% até o final de 2013. Esses planos constituem o mais frontal e violento ataque desencadeado pelos governos burgueses contra as condições de vida das massas trabalhadoras no continente europeu no período posterior à 2ª Guerra Mundial.

Do seu receituário constam medidas impensáveis há apenas

uma década, como o corte nos salários dos funcionários públicos e nos apoios sociais aos desempregados. O sucesso deste tipo de planos significaria a regressão do Estado Social europeu para os níveis registados na década de 1930, senão mesmo de antes.

No entanto, como não pode deixar de ser, esse ataque está-se a deparar com uma crescente, ainda que até agora insuficiente, resistência por parte das massas trabalhadoras. Por exemplo, na Grécia, só nos três primeiros meses de 2010, ocor-

reram três greves gerais que paralisaram por completo o país, inclusivamente com repercussão ao nível da televisão e da imprensa escrita. Em Portugal, as lutas ainda não atingiram o nível de outros países, mas têm vindo a crescer depois de um ano de poucas lutas e muito marcado pelo intenso calendário eleitoral.

Greves generalizam-se

Como exemplo dessas lutas, temos o caso dos enfermeiros que já realizaram duas greves de três dias cada desde o

começo do ano, com níveis elevados de adesão (mais de 90%). Outros exemplos são a greve da Função Pública, no início de Março, que vai ser seguida por uma nova jornada de luta neste mês de Abril, a greve dos comboios (que se vai repetir em Abril), a greve dos trabalhadores da Transtejo e de outras empresas de transportes, como a Soflusa; a greve dos trabalhadores da limpeza da Câmara Municipal de Lisboa (com uma taxa de adesão superior a 90%, segundo o sindicato) ou a luta dos trabalhadores da multina-

cional norte-americana Kemet Electronics, em Évora, e do hotel Tivoli.

Esta última é especialmente relevante dado que não se trata de um sector com uma grande tradição de luta e há já muito tempo que não se registava uma greve desta natureza, apesar da intensa exploração de que os trabalhadores têm sido alvo com salários irrisórios que rondam uma média de 600 euros mensais. Outra luta importante, que foi adiada por recuo do sindicato, mas que pode ser retomada a qualquer momento, é a luta dos trabalhadores das empresas de distribuição, sector onde abunda a precariedade e a superexploração dos trabalhadores. Novas greves já estão agendadas pelos trabalhadores da Carris e da Galp.

Outro tipo de lutas que, após algum tempo de acalmia, voltou à ordem do dia têm sido os protestos contra o encerramento dos SAP dos Centros de Saúde como está a acontecer em Valença do Minho. Todas essas lutas têm em comum a recusa em aceitar o congelamento salarial e a perda de direitos definidos pelo Orçamento de Estado e pelo PEC.

Para aqueles que se opõem pela esquerda ao governo de José Sócrates, é claro que o caminho não passa por soluções individuais, como as reformas antecipadas, por muito compreensíveis que elas sejam. O caminho passa, sim, pelo reforço das lutas contra as medidas do PEC, seguindo o exemplo dos trabalhadores de outros países europeus. **C.K.**



Crise não dá trégua na Grécia

Na Grécia, as lutas continuam contra as medidas de austeridade do governo socialista de George Papandreu. Neste país, o governo decretou aumento de impostos sobre tabaco, álcool e combustíveis, subida do IVA de 19% para 21%, congelamento das reformas e redução dos subsídios de férias e Natal dos trabalhadores da função pública, com vista a reduzir o défice de 12,9% em 2009.

No fecho desta edição, estava prevista uma nova série de greves e manifestações no país, em protesto contra diferentes medidas de austeridade. Taxistas fariam uma

manifestação em Atenas, advogados realizariam uma greve de três dias contra o enquadramento das profissões liberais, vendedores dos mercados populares também paralisariam as suas actividades por 24 horas, além dos funcionários municipais, funcionários dos transportes públicos de Atenas e professores do secundário. Ainda em Abril, os funcionários públicos fariam uma nova greve, a quarta desde o início do ano.

Os trabalhadores gregos já realizaram três greves gerais desde que a crise económica iniciou, duas das quais este ano.

A Comissão Europeia justifica as medidas de austeridade dizendo que a Grécia viveu muitos anos acima das suas possibilidades. O que ele “esquece” de dizer é que a Grécia vive o final abrupto de uma etapa de crescimento apoiada num enorme endividamento público e privado e nas subvenções europeias. Uma etapa da qual os grandes beneficiários foram a banca alemã, francesa e britânica, que financiaram o endividamento, e as grandes multinacionais alemãs e francesas, que se apossaram do mercado grego à custa de criar um enorme défice comercial.

A santa aliança para baixar o défice

Comissão europeia, patrões, governo e direita unidos para forçar os trabalhadores a pagar a crise.

A dureza das medidas que o governo Sócrates quer impor está a levar a classe trabalhadora portuguesa a responder à altura. Greves já foram realizadas ou estão marcadas em quase todos os sectores, inclusive algumas iniciativas unitárias bastante importantes como a de 27 de Abril, quando estarão unidos os trabalhadores dos transportes: CP, Refer, Fertagus, metros do Porto e de Mirandela, Carris, trabalhadores da Soflusa e da Transtejo, etc. Em comum, estas lutas exigem aumentos salariais este ano, contrariando a determinação do governo em congelar os salários.

PEC

As medidas previstas no Orçamento de Estado para 2010 e no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) atacam violentamente os direitos e as conquistas dos trabalhadores e fazem prever o agravamento do cenário de desemprego e empobrecimento da população. Estas medidas são o congelamento salarial; a redução das deduções fiscais com saúde, educação ou habitação; a redução das prestações sociais (subsídio de desem-

prego, rendimento social de inserção, subsídios a pessoas com deficiência, entre outros); a antecipação do aumento da idade legal de aposentação dos funcionários públicos para os 65 anos; a redução do investimento público; e a privatização de empresas públicas, como Galp, EDP, REN, TAP e CTT, entre outras.

Salários milionários

A indignação da população com a política do governo de fazer com que sejam os trabalhadores e os pobres a pagar pela crise económica é ainda maior quando são revelados os salários milionários de gestores de empresas públicas e privadas. António Mexia, presidente da EDP, ganhou, o ano passado, 1,3 milhões de salário e mais 1,8 milhões de prémio; Ferreira de Oliveira, da Galp, recebeu 1,6 milhões; e Ricardo Salgado, do BES, 1 milhão. Estes são apenas alguns exemplos escandalosos da desigualdade social num país cujo salário mínimo é de 475 euros, dos menores da Europa, inclusive abaixo do recebido na Grécia e em Espanha.

CE quer mais

Mas, apesar da dureza das medidas previstas no PEC, a Comissão Europeia (CE) ainda não está satisfeita e já admitiu que “poderá exigir esforços adicionais”. Num cenário económico em que as previsões são bastante pessimistas para a economia portuguesa, a CE considera que o PEC pode ser insuficiente para baixar o défice de 9,4 % do PIB para os 3% exigidos pelo Plano de Estabilidade e Crescimento e quer agravá-lo ainda mais. Especula-se que o governo possa querer ainda aumentar o IVA, fazer novos cortes de benefícios fiscais e sociais. Ou seja, penalizar ainda mais os trabalhadores.

Santa Aliança

Sobre esta penalização há, evidentemente, o consenso da burguesia e dos seus partidos, que só diferem em questões de pormenor. É por isso que o CDS e o PSD viabilizaram a aprovação do Orçamento de Estado, e o PSD o fez também em relação ao PEC. É por isso – e também para se autoprotegerem já que todos têm telhado de vidro – que encaminham a investigação dos novos escândalos de corrupção e



nepotismo envolvendo PS (Freeport e Face Oculta), PSD e CDS (submarinos) para acabarem em águas de bacalhau. As escutas de Sócrates serão destruídas, e este já disse que só responderá por escrito – e não presencialmente – ao inquérito parlamentar sobre a tentativa do governo controlar a TVI através da sua compra pela PT. Ao mesmo tempo, a proposta do Bloco de Esquerda de uma comissão de inquérito para investigar as contrapartidas previstas nos contratos militares envolvendo a compra de submarinos quando Paulo Portas

era ministro da Defesa não arranca.

É evidente que não será na Assembleia da República que os trabalhadores conseguirão derrubar o PEC e esclarecer a responsabilidade do primeiro-ministro em escândalos como o Freeport ou Face Oculta. É nas lutas e nas ruas que isso poderá acontecer. Está claro que há disposição, por parte da classe trabalhadora, para enfrentar e derrotar o PEC e o governo. Resta saber se haverá a mesma disposição por parte das suas direcções sindicais e políticas.

Cristina Portella



Nas últimas semanas, o candidato Manuel Alegre tem feito várias críticas ao governo Sócrates e ao seu Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Essas críticas – assim como as manifestadas por outros militantes do PS, como Mário Soares, Ferro Rodrigues, Paulo Pedroso ou Ana Gomes – reflectem o grau de dureza das medidas contidas nesse plano e a sua impopularidade.

Mas não faz qualquer sentido criticar o governo e o PEC e, ao mesmo tempo, como o faz o candidato Manuel Alegre, pedir o apoio do PS para as eleições presidenciais de 2011. “Candidato-me como alternativa ao actual Presidente da República. Por mim, não me engano de combate. O meu adversário não é o PS e conto com o apoio dos socialistas, da esquerda e de cidadãos de

todos os quadrantes para chegar à vitória”, declarou à imprensa. “A minha família política é o PS. A minha candidatura [presidencial] é supra-partidária, mas, como já disse, a minha casa política é o PS”, declarou à agência Lusa.

PS é governo

Não faz sentido porque o PS, e é preciso não esquecer-lo, é o partido que governa Portugal, é o partido cujo primeiro-ministro quer aplicar o plano determinado pela União Europeia para baixar o défice público às custas do empobrecimento da população. Para ser coerente com as críticas que faz, o candidato deveria recusar-se a ser o candidato do PS enquanto este for o partido do governo, o partido que vem aplicando uma política neoliberal e que planeia torná-la ainda mais dura através do PEC.

Para ser coerente com as suas críticas contra o PEC, Manuel Alegre deveria romper com o PS/Sócrates e não pedir o seu apoio, apresentando-se como uma tábua de salvação para uma governação falhada, cada vez mais frágil, e que poderia ser derrubada caso a esquerda (Bloco de Esquerda, PCP e o próprio sector representado por Manuel Alegre) ou a direita (PSD e CDS) parlamentares assim o quisessem. Que estes últimos queiram, pelo menos por enquanto, manter o governo Sócrates, é compreensível. Afinal, enquanto este faz o trabalho sujo da direita, aplicando um plano que é o seu, o recém eleito Passos Coelho pode posar de oposição, consolidar-se na liderança do PSD e fazer discursos populistas para fortalecer-se até as sondagens darem sinal verde.

Precipitação

Mas à esquerda deveria interessar a queda deste governo. A Manuel Alegre, também.

Derrotar o governo, nas ruas, apoiando as lutas em curso, e nas eleições presidenciais de 2011, deve ser o objectivo do candidato que a esquerda deve apoiar. Não é este – pelo menos enquanto pretender o apoio do PS/governo Sócrates – o objectivo de Manuel Alegre. Quando critica o PEC, parece de oposição ao governo. Parece mas não é.

Ao Bloco de Esquerda caberia não se ter precipitado no apoio rápido e acrítico (e à revelia da sua própria base) a Manuel Alegre. Em 2006, o BE demorou alguns meses para definir uma candidatura – a de Francisco Louçã – quando tinha mandato expresso para a apresentar pronta-

mente. Inversamente nestas eleições, em que tudo aconselhava à prudência, dado que Alegre tinha girado de novo para o apoio a Sócrates, foi quando a direcção do BE veio para a imprensa declarar o seu apoio total a este candidato.

Assim, em nossa opinião, face às eleições que se aproximam, a direcção do BE, erroneamente, não só não se definiu por uma candidatura própria como se tem recusado até agora a convocar uma nova Convenção do Bloco para que toda a militância decida democraticamente. Apelamos a todos os bloquistas que assinem a petição (disponível on-line) a favor da convocação de uma nova Convenção do BE onde se possa discutir e aprovar uma orientação face às diversas possibilidades políticas de resposta às presidenciais de 2011.

DE OLHOS BEM ABERTOS ■

Alegre não desiste de ser o candidato do PS



A luta dos enfermeiros continua

As negociações com o Ministério da Saúde não resolveram os maiores problemas da classe e continuam a injustiça dos vínculos precários, a não valorização dos salários e a manutenção das quotas na progressão da carreira, que faz com que só 10% possam chegar à categoria de Enfermeiro Principal.

Em relação aos enfermeiros do INEM as negociações também pouco avançaram. Por vontade do Ministério da Saúde (MS) os contratos permanecem precários. Ainda assim, a Comissão Negociadora Sindical dos Enfermeiros (CNESE) aceitou marcar outra reunião de negociações para 28 de Abril. Continua, portanto, o braço de ferro entre um Ministério que tem de fazer cumprir a política de colocar aqueles que trabalham a pagar a crise e uma classe que tem sido por demais violentada.

Neste braço de ferro, os sindicatos dos enfermeiros responderam com uma nova convocatória de greve, de 29 de Março a 1 de Abril, que desta vez não culminou, como na greve de Janeiro, com uma manifestação nacional. O resultado foi uma muito boa adesão – 92% segundo a CNESE, 70% segundo o governo –, o que demonstra a vontade desta classe de lutar, até porque muitos enfermeiros perdem, para além de alguns dias no salário, também o prémio de assiduidade (150 euros).

Mantém-se também a falta de vontade das direcções sindicais em tornar este processo mais democrático, com assembleias com enfermeiros sindicalizados e não sindicalizados. Assim talvez não seja por acaso as manifestações regionais terem sido muito menos participadas que as de Janeiro, sendo constituídas na sua maioria por dirigentes sindicais. As direcções sindicais anunciaram, depois da greve, uma ronda de reuniões com os enfermeiros na primeira quinzena de Abril. No entanto, as convocatórias não estão a chegar a muitos hospitais ou centros de saúde.

Lições da luta

O que se retira como ensinamento desses embates é que não será fácil para os enfermeiros sozinhos vencerem essa luta. Ao ataque do governo Sócrates contra toda a Função Pública, só toda a Função Pública pode responder. À destruição do Sistema Nacional de Saúde, só todos os trabalhadores do Sistema

Nacional de Saúde, juntos, podem responder de forma mais eficaz. Os sindicatos mostraram, outra vez, que não estão a conduzir as lutas de maneira democrática, com a presença de todos nas reuniões de discussão de formas de luta. Mostraram que continuam a fazer com que os enfermeiros lutem sozinhos e não com todos os outros sectores da Função Pública e do SNS.

É urgente que os enfermeiros se organizem, que tornem os seus sindicatos mais combativos, mais participados, com uma visão mais global. É preciso que sejam enfermeiros que sofrem na pele, todos os dias, os ataques do governo, a liderar as lutas que podem mudar a sua vida. Torna-se cada vez mais necessária a criação de movimentos independentes de enfermeiros, que possibilitem a discussão democrática das formas de luta, à semelhança do que aconteceu na luta dos professores.

Manuel Neves e Diana Curado

O pesadelo da gestão privada no Hospital de Braga

“Vocês têm de se mentalizar que o hospital é uma empresa e por isso tem que dar lucro” – gestor do Hospital de Braga.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) vieram substituir os famigerados Hospitais SA, com um nome mais apelativo e mínimas alterações regulamentares, mantendo a sua característica essencial: a gestão de hospitais com dinheiro público para a mais-valia privada. A receita para que a Saúde dê lucro é simples: piorar a qualidade dos serviços, aumentar a exploração dos trabalhadores e parasitar o Estado.

O grupo Mello foi premiado pelo buraco financeiro deixado no Hospital de Amadora-Sintra com 800 milhões de euros de entrada para a construção e gestão clínica do novo hospital de Braga. Curiosamente, a nova administração do hospital tem como parte integrante um dos membros do clã Mesquita Machado.

Cortes nos serviços

Com o pretexto de obter maior eficácia na gestão financeira, o grupo Mello pôs em prática medidas que têm prejudicado tanto os trabalhadores como os utentes do Hospital de Braga. Uma das medidas aplicadas foi a suspensão da admissão de novos doentes nas especialidades de reumatologia, insectologia, imuno-alergologia e nefrologia. Esta escolha não foi feita por acaso, dado que estas especialidades têm custos muito elevados no tratamento dos pacientes.

Também a neurologia foi afectada, visto que a direcção hospitalar impôs a substituição de um medicamento para a terapêutica da esclerose múltipla

por outro mais barato, piorando a qualidade do tratamento dos doentes que até foram obrigados, pela administração, a assinar o consentimento informado. Três neurologistas, incluindo o director de serviço, pediram demissão por estarem contra esta medida. Para além disso, suspendeu-se a dispensa de alguns medicamentos pela farmácia hospitalar.

Cortes nos funcionários

Todos os trabalhadores do hospital sentiram as consequências da mudança da administração. Foram contratados assistentes de produção que têm como única função vigiar todos os departamentos e serviços para controlar os trabalhadores. Em Janeiro, gestores de uma empresa de consultoria norte-americana contratada pela administração passaram a assistir às consultas externas para avaliar a prestação dos médicos.

Como não poderia deixar de ser, a enfermagem também saiu prejudicada através da diminuição do número de enfermeiros por turno e nos novos contratos. Estes são feitos no regime 40 horas e não 35, pelo mesmo ordenado de 1.020 euros. O seu prémio de assiduidade são 150 euros, que podem ser perdidos por faltas justificadas, doença e até nojo. Não têm direito a horas incómodas, pelo que recebem o mesmo quando trabalham depois das 20h e ao fim de semana.

Este é o pesadelo da gestão público-privada no Hospital de Braga, a cargo do grupo Mello. **Teresa Carrar, Ana Lavrador e Sara Lourenço**

Poupar até nas migalhas...

Para sugar mais dinheiro ao Estado e aos utentes, o grupo Mello tem criado os mais variados esquemas. Recentemente, foram enviadas a centenas de pessoas contas de taxas moderadoras referentes a consultas, cirurgias e exames efectuados desde 2001. Têm sido feitas requisições aos médicos de família para que passem credenciais de análises e exames a doentes seguidos em consultas externas, para os seus cus-

tos serem debitados ao SNS e não ao grupo Mello.

O refeitório do hospital contou com a presença de dois seguranças que fiscalizavam a quantidade de comida que cada trabalhador levava; o lanche do meio turno dos trabalhadores do Bloco Operatório foi suspenso; os trabalhadores do turno da noite viram reduzida a quantidade do seu lanche; os distribuidores de água foram retirados em todo o hospital.

Governo quer vender património público

Só resposta unitária dos trabalhadores das empresas públicas ameaçadas, junto com a sociedade civil, pode derrotar este plano do governo.

A empresa Correios de Portugal S.A. é o maior operador de comunicação postal de Portugal. Concessionária do serviço postal universal, tem como principal objectivo o estabelecimento, gestão e exploração das infra-estruturas e do serviço público de correios.

Os Correios de Portugal não só operam na distribuição do correio normal como proporcionam os mais variados serviços através das empresas do grupo ou participadas, tais como: pagamento de facturas, carregamento de telemóveis, carregamento do passe social através de terminais e entrega de encomendas no mercado ibérico, correio híbrido, serviços financeiros, rede de telemóveis, digitalização, etc.

São, por isso, uma empresa importante e activa na economia portuguesa. Disponibiliza 46% do emprego total no sector das comunicações, o que representa 0,4% do emprego existente no país. O seu investimento anual representa em média 3% do investimento aplicado no sector no qual opera, produzindo uma receita de 11% do total de ganhos do mesmo sector.

É uma empresa com cerca de 13.000 trabalhadores efectivos, cerca de 1000 estações de correios e mais de 400 centros de distribuição.

Degradação dos serviços

As políticas e estratégias das diferentes administrações dos CTT-Correios de Portugal seguidas ao longo dos últimos anos têm posto em causa – através



da degradação da qualidade de serviço prestado, da subcontratação de serviços na distribuição, transportes e tratamento e da entrega a terceiros de esta-

ções de correio – o serviço público de correios. De uma forma não declarada, deixaram de fazer a distribuição diária do correio em cada vez mais áreas,

inclusive na cidade de Lisboa, a capital.

Os CTT estão a utilizar mão-de-obra precária, mal paga, sem direitos, conhecimentos e formação. Estes trabalhadores são recrutados por empresas de trabalho temporário, uma delas pertencendo ao grupo CTT. No domínio da distribuição, concretamente, uma boa parte das correspondências é feita por tarefeiros ou trabalhadores subcontratados.

Intensifica-se, ao longo dos anos, um ataque sistemático e sem paralelo ao direito à contratação colectiva e à liberdade sindical. Frequentemente, com a colaboração de sindicatos pouco representativos, fazem-se aprovar acordos de Empresa que, através das mais variadas formas de pressão e chantagem, tentam impor aos trabalhadores filiados nos sindicatos que não aprovaram as medidas mais reformistas as piores condições de trabalho.

Não à privatização

Torna-se imperativo que os trabalhadores dos CTT, unindo-se aos demais trabalhadores de empresas estatais ameaçadas de privatização pelo governo através do PEC, como a Galp e a TAP, e ao conjunto da sociedade, iniciem uma forte campanha pela suspensão do processo de liberalização e privatização e pela manutenção dos seus direitos.

É imperativo e necessário, não só para Portugal, mas também para todos os países da União Europeia, alterar a estratégia de liberalização do sector e lutar contra a ameaça de privatização da empresa a bem da estabilidade, solidez e viabilidade das empresas de correios, da garantia da qualidade de serviço e para defesa dos postos de trabalho com garantia dos direitos dos trabalhadores.

Lina Pereira



Para compreender a crise actual - III

No número anterior escrevemos que a causa das crises capitalistas está numa “lei fundamental do próprio sistema capitalista, pela primeira vez formulada por Marx em *O Capital*: a queda tendencial da taxa de lucro”. Em que consiste esta lei, e como se manifesta no momento actual?

Toda o capital tem duas componentes: 1) o capital constante, ou seja, a parte que é investida pelo capitalista na compra de edifícios, maquinarias, matérias-primas, etc.; 2) e o capital variável, que é o trabalho assalariado dos operários empregues pelo capitalista. É esta última que irá pôr em movimento o capital investido e rentabilizá-lo, gerando assim a mais-valia, de que o capitalista se apropria. Marx demonstrou que só o trabalho humano gera mais-valia, i.e., só os trabalhadores são capazes de produzir para além do que eles próprios consomem. É por isso que ele chama ao trabalho humano uma “mercadoria milagrosa”...

A taxa de mais-valia é portanto a proporção entre a parte do salário que serve para a reprodução do trabalhador e da sua família, e que é necessária para que ele continue a produzir, e a parte de que o patrão se apropria para seu próprio benefício. Por

exemplo se, numa jornada de trabalho de 8 horas, o trabalhador produzir o suficiente para se manter (alimentar a si e à sua família, pagar a casa, os transportes, etc.) no espaço de 4 horas, isso significa que as restantes 4 horas são “sobretabalho” que é apropriado pelo patrão. A taxa de mais-valia (ou o grau de exploração do trabalhador) é, neste caso, de 100%. No entanto, o que é (aparentemente) paradoxal é que a taxa de exploração do trabalho pode manter-se constante, e até aumentar, e apesar disso a taxa de lucro dos capitalistas diminuir... Como é que isto acontece?

Taxa de mais-valia e taxa de lucro não são a mesma coisa. A taxa de lucro mede-se pela relação que existe entre o capital total (constante e variável) e os lucros obtidos em dado momento. Se por exemplo forem investidos, em certa empresa, 100 000€ em matérias-

primas e equipamentos (Capital constante= Cc) e 50 000€ em salários dos trabalhadores (Capital variável= Cv) e eles forem rentabilizados a uma taxa de exploração de 100%, 50 mil euros serão lucro que irá para o bolso do capitalista. A taxa de lucro (TL) calcula-se através da divisão entre o montante dos lucros e o capital investido: neste caso, dividindo-se 50 mil por 150 mil, há uma taxa de lucro de 33,3%. Mas se o capitalista decidir investir mais alguns milhares na empresa (por exemplo através da compra de novas máquinas), aumentando portanto a parte de capital constante, e mesmo que mantenha o mesmo número de trabalhadores e a mesma taxa de mais-valia, a relação entre as 2 componentes é sempre decrescente. Vejamos:

$$Cc = 160 \text{ mil} + Cv = 50 \text{ mil} \Rightarrow \text{taxa de lucro} = 23,8\%$$

$$Cc = 200 \text{ mil} + Cv = 50 \text{ mil} \Rightarrow \text{taxa de lucro} = 20\%$$

Etc..

Vemos assim como a quantidade global de lucros extraídos decresce continuamente em proporção ao capital investido. É a este facto que se chama a queda tendencial da taxa de lucro. Ela deriva da tendência do capitalismo em aumentar sempre o capital constante em detrimento do capital variável, porque é próprio do sistema buscar maior produtividade no trabalho, produzir cada vez mais mercadorias a um custo mais baixo e colocá-las no mercado sem ter em conta os limites da capacidade de consumo. É a anarquia da produção, como lhe chamou Marx. É esta produção anárquica que gera crises de superprodução: exemplo, a superprodução de imóveis causada pelo excesso de investimentos e de especulação no imobiliário durante os últimos anos, como vimos no 1º artigo desta série (ver Ruptura nº 106).

A. P. Amaral e J. A. Dias

BÚSSOLA

Papa vem a Portugal

É correcto recebê-lo com toda a pompa e circunstância? É que, com ele, se recebe também – além do historial de crimes cometidos pela Igreja Católica – a sua pesada corte de cumplicidade e tentativas de encobrimento de abusos sexuais a menores. Sobre o papa pesam ainda os pedidos de resignação de, pelo menos, três bispos irlandeses, na sequência da denúncia dos crimes de abuso sexual perpetrados pelo reverendo Lawrence Murphy sobre cerca de duzentas crianças surdas-mudas, cujas vidas terá, assim, marcado para sempre. Os escândalos não se confinam à Irlanda – surgem vítimas nos EUA, em Itália e na Alemanha, onde os bispos criaram uma linha de apoio às vítimas após mais de 250 denúncias. Já se fala num Sínodo especial para avaliar as consequências desta crise e do seu impacto na Igreja Católica. Nem os mais hipócritas pedidos de desculpa e eventuais indemnizações podem salvar Bento XVI, a Justiça deverá lembrar-lhe que ele não está acima da lei e, como tal, deverá ser julgado por pactuar com este crime. **L.P.**

Terror em Moscovo

A 29 de Março, duas bombistas suicidas fizeram-se rebentar no metro de Moscovo, a segunda rede de metro mais usada do mundo, tirando a vida a cerca de 40 pessoas. Pouco depois, Doku Umarov, o líder de um grupo rebelde islâmico do Norte do Cáucaso vinha reivindicar a autoria dos atentados. Os grupos étnicos da região já desde o tempo dos czares, passando pelo período estalinista, que lutam contra o domínio russo. Recentemente, o foco mais visível desta luta foi a Chechénia, com duas guerras nos últimos quinze anos, ficando depois solidamente sob a alçada de Moscovo, com a ajuda da família oligarca Kadyrov, dirigente de uma milícia separatista que se passou para o lado de Putin. Hoje em dia, o governo burguês-mafioso de Ramzan Kadyrov, conhecido pelos seus métodos de assassinatos, tortura e prisões arbitrárias de dissidentes, familiares de dissidentes e até mesmo jornalistas, consegue expulsar os separatistas sobreviventes para as repúblicas vizinhas da Ingushétia e do Daguestão. A resistência à autoridade russa e aos seus títeres locais, após sucessivas derrotas, acabou por vir a ser, em grande parte, ganha para uma direcção de teocratas islâmicos que recorre a métodos terroristas bárbaros como este ou como o que, em 2004, vitimou centenas de crianças na escola de Beslan. **A.T.**

Jerusalém sitiada



Em meados de Março último, os telejornais trouxeram-nos imagens fortes e simbólicas que a resistência civil palestina já nos tinha dado a conhecer nas duas Intifadas dos últimos 20 anos: jovens de cara escondida pelo keffieh (lenço tradicional palestino) armados de pedras e projecteis improvisados, enfrentando as forças de ocupação israelitas. Ao mesmo tempo, fazia-se ainda passar a ideia que as relações entre Israel e os EUA teriam atingido um mínimo histórico e que estes, sob a batuta Obama-Clinton, assumiriam agora um papel realmente mediador no qual se recusariam a permitir os excessos coloniais do governo de extrema-direita de Netanyahu. Nada mais distante da realidade.

Provocações israelitas

Como em vezes semelhantes, no passado, o recurso ao protesto violento, sempre latente nas massas palestinas sujeitas à brutalidade quotidiana da ocupação e apartheid israelitas, transbordou em resposta a um agravamento dessa brutalidade. Neste caso, este agravamento deu-se na política israelita de colonização sionista, limpeza étnica e branqueamento histórico na cidade de Jerusalém, num esforço de a consolidar como “capital eterna e indivisível” indiscutivelmente judaizada.

Além da já costumeira política de ilegalizar, demolir ou desocupar à força casas palestinianas, ao mesmo tempo que promove a instalação de colonos judeus nesses bairros, o governo de Netanyahu anun-

cia a construção de milhares de novas casas para colonos em território palestiniano, chocando com a exigência insignificante da Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) e dos EUA de que, para haver diálogo, esta expansão tem de parar.

Simultaneamente, ao mesmo tempo que mantém a já costumeira política de escavar por debaixo de Al-Aqsa (mesquita que é o terceiro local mais sagrado para os muçulmanos) e condicionar os achados arqueológicos na cidade velha de Jerusalém de modo a reescreverem a história a favor do sionismo, o governo Netanyahu declarou património israelita vários monumentos históricos situados nos territórios palestinianos ocupados em 1967. A

pressão, cada vez mais que muita, fez saltar a tampa e muitos palestinianos, fartos do colaboracionismo vergonhoso da ANP, saíram às ruas em fúria.

Falsa neutralidade

A dinâmica EUA-Israel é complexa, mas não deve haver espaço para ilusões. Por um lado, o actual governo israelita representa sectores políticos das franjas mais reacçãoárias, que apelam sem qualquer pudor à expulsão dos árabes que vivem em Israel e à demolição de Al-Aqsa para que possa ser construído no seu lugar um grande templo judeu. Os EUA, pelo seu lado, pressionados pela hostilidade das populações árabes e muçulmanas ao domínio imperialista,

com especial reflexo na resistência que enfrentam no Afeganistão e Iraque ocupados, levantam a voz a condenar a expansão dos colonatos e a pressionar Israel a voltar à mesa das negociações.

Mas, por muito que Obama tente salvar a sua imagem e fazer-se passar por um árbitro imparcial ao “esfriar as relações”, nunca foi posto em causa neste processo a ajuda financeira e militar (6 mil milhões de dólares/ano) que é dada de bandeja a Israel. A ANP da Fatah, uma “autoridade” ao estilo de Vichy, que só para atribuir um simples bilhete de identidade tem que pedir autorização a Israel, tenta manter o actual estado de coisas do qual tira partido uma clique local burguesa e corrupta, acenando com a miragem da solução dos dois estados.

“Solução” esta que consiste num “estado” palestiniano desmilitarizado e sem controlo de fronteiras terrestres ou espaço aéreo, desprovido de recursos hídricos e esburacado por colonatos. “Solução” esta que ainda confunde alguma esquerda europeia, mas que tem sido progressivamente relegada pela realidade evidente dos factos a favor de uma verdadeira solução que consiste num estado único, laico, democrático e não-racista – solução para a qual contribuem decisivamente as acções de boicote comercial, cultural e académico ao apartheid israelita.

André Traça

